Explorando um santuário

Medida libera extração de diamante na Serra da Canastra e pode pôr Brasil como grande produtor

Cleide Carvalho
cleide.carvalho@sp.oglobo.com.br

SÃO PAULO

Um acordo entre parlamentares e o governo federal prevê a redução do Parque Nacional da Serra da Canastra, em Minas Gerais, de 200 mil para 120,5 mil hectares. Nesse parque fica a nascente do Rio São Francisco. Da área excluída, 76,4 mil hectares serão transformados em Monumento Natural, onde a propriedade privada e atividade econômica são permitidas, desde que de baixo impacto e com plano de manejo, como produção de queijos e atividades agropastoris.

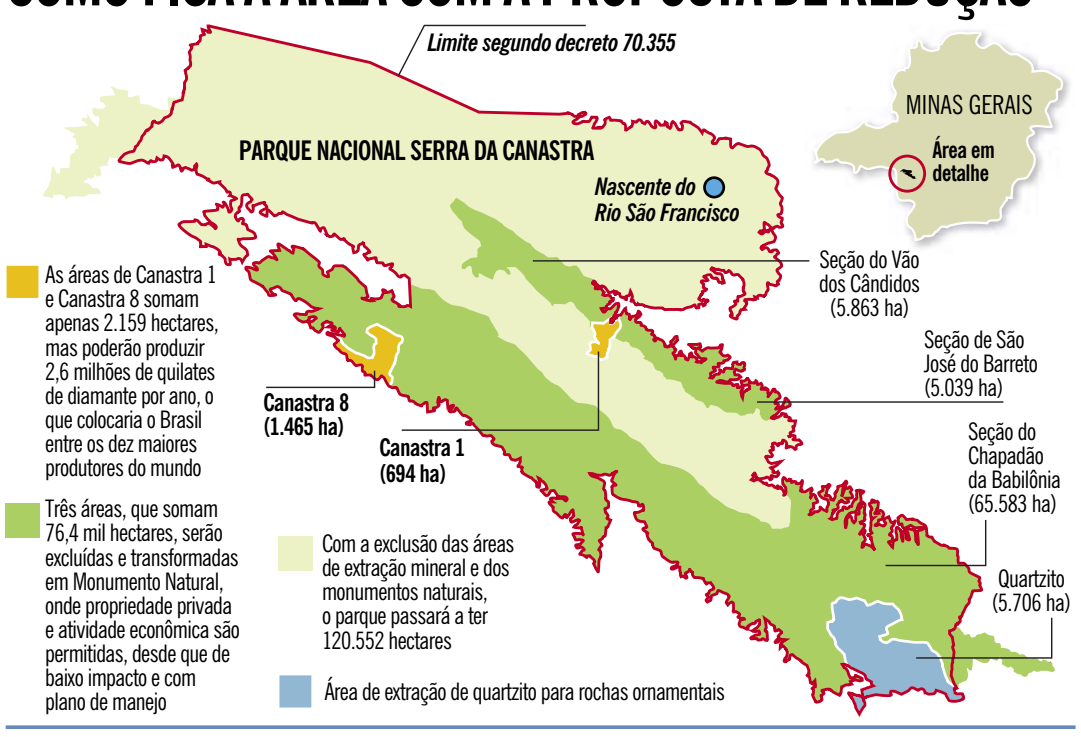
A principal novidade, porém, é a exclusão total de terras destinadas à mineração. Uma área pequena, de apenas 2.159 hectares, será destinada à pesquisa e à extração de diamantes. As duas partes, localizadas em pontos diferentes do atual parque e denominadas Canastra 1 e Canastra 8, podem colocar o Brasil entre os dez maiores produtores de diamantes do mundo.

Um estudo realizado em 2006, coordenado pela Casa Civil, indica que, na pior das hipóteses, o Brasil poderá produzir 2,6 milhões de quilates por ano. A Namíbia, o oitavo produtor mundial, produz, segundo o relatório, 2,2 milhões de quilates de diamante por ano. "Esses dados justificam plenamente, sob o ponto de vista econômico, a lavra de diamante nesses dois locais, inserindo o Brasil em uma situação similar à do Canadá, que produz cerca de US$ 1 bilhão/ano em lavras de diamante de kimberlito ocorrentes no Parque Nacional de Yellowknife, no interior de áreas indígenas. Em termos de geração de emprego, a empresa titular da área estima 1.300 postos de trabalho, o que também justifica a atividade em termos sociais, a qual será desenvolvida nos tempos médios estimados de sete anos em Canastra 1 e de 16 anos em Canastra 8", diz o relatório.

Fernando Quevedo

RIO SÃO FRANCISCO: em no primeiro plano, ao fundo, o alto platô que forma o Parque Nacional da Serra da Canastra, em Minas

COMO FICA A ÁREA COM A PROPOSTA DE REDUÇÃO



Votação pode ser ainda esta semana

• A área de exploração de diamantes pertence à Qualimarcas Comercio Exportação de Cereais Ltda, em *joint-venture* com Socios Quotistas de Mineração do Sul Ltda. O negócio foi fechado no ano passado pela Mineração do Sul, antiga detentora de licenças de exploração emitidas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Além da área destinada à exploração de diamantes, também será retirada do parque a parte onde já ocorre a exploração de quartzito, de cerca de 5,7 hectares.

Sem a exclusão destas áreas do parque, tanto a exploração de diamante quanto de quartzito na Serra da Canastra eram consideradas ilegais, já que este tipo de unidade de conservação é destinada apenas à exploração pelo ecoturismo.

— Estávamos num conflito em que nenhuma das partes conseguia avançar; nem as atividades econômicas, nem a preservação. Agora, temos o desafio de implantar um modelo novo, o de Monumento Natural, criado há apenas dez anos, e liberamos as áreas de mineração e duas vilas que estavam dentro do parque — explica Rômulo Mello, diretor do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Na semana passada, a redução do Parque Nacional da Serra da Canastra foi incluída, por meio de emenda do deputado Odair Cunha (PT-MG), na Medida Provisória 542/11, apresentada em agosto passado pelo Executivo e que altera os limites de três parques na Região Amazônica, com o objetivo de garantir a instalação da Hidrelétrica de Tabajara, no Rio Machado, e das Usinas de Jirau e de Santo Antônio, em Rondônia.

A previsão é que a votação da MP ocorra ainda esta semana, mas ela já é contestada.

Na última sexta-feira, a mudança nos limites dos parques nacionais por meio de Medida Provisória tornou-se alvo de ação da Procuradoria Geral da República. O procurador Roberto Gurgel apresentou ao Supremo Tribunal Federal (STF) ação direta de inconstitucionalidade contra a MP 542, com pedido de liminar para suspensão de seus efeitos nos parques nacionais da Amazônia, Campos Amazônicos e Mapinguari.

Procurador condena 'caráter de urgência'

• O procurador argumenta que a mudança nos parques só deve ser feita por meio de lei, uma vez que os efeitos podem ter impacto sobre todo o bioma Amazônia. Para ele, não se justifica o caráter de urgência para separar as áreas de preservação, uma vez que algumas destas usinas sequer têm licenciamento ambiental concluído. Além de regularizar a construção das usinas, a MP também desafeta áreas para mineração e terras ocupadas por famílias que vivem na região.

Relator da MP, o deputado José Geraldo (PT/PA) disse na última sexta-feira que a emenda de redução do Parque Nacional da Serra da Canastra só foi incluída porque já havia um outro acordo para reduzir o tamanho do parque, em torno de um Projeto de Lei em tramitação no Senado.

— Fiz questão de incluir. Se já estava acordado no Senado e já íamos aprovar alterações em três parques, por que não colocar junto?

O presidente do ICMBio lembra que a exploração de minérios na Serra da Canastra — as zonas de exploração de diamantes ficam coladas às áreas de preservação do parque e do monumento natural e a poucos quilômetros da nascente do Rio São Francisco — terá de ser feita apenas após licenciamento ambiental. ■

O ELDORADO DO SÉCULO XXI

Mercado financeiro impulsiona nova corrida pelo ouro

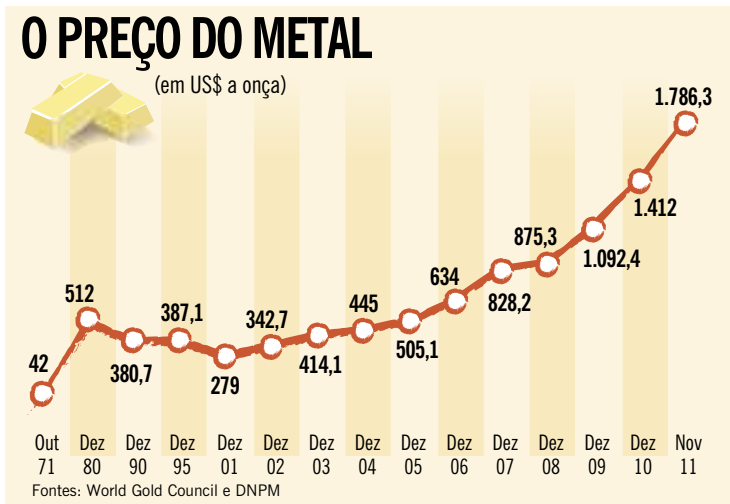
Minério é um dos mais valorizados da atualidade, com alta de 104% entre dezembro de 2008 até novembro

Vivian Oswald
vivian.oswald@bsb.oglobo.com.br

• BRASÍLIA. A retomada dos investimentos na extração de ouro no Brasil — que tem programados aportes de ao menos US$ 2,4 bilhões de 2011 a 2015 e está apoiada na implementação de tecnologia de ponta, como mostra desde domingo série especial do GLOBO, que termina hoje — tem no mercado financeiro uma de suas molas propulsoras. O minério é um dos mais valorizados ativos da atualidade e sua cotação internacional voltou a bater recordes, acumulando alta de 39% no terceiro trimestre deste ano, em comparação com o mesmo período do ano passado. E foi justamente a crise de 2008 que jogou os preços nas alturas.

De dezembro daquele ano até agora, a valorização foi de 104%. Nenhum outro investimento seguro — para grandes aplicadores — garantiu tantos lucros. Daí o interesse crescente pelo metal, inclusive dos bancos centrais, sobretudo depois da desvalorização do dólar e das incertezas no mercado europeu, com risco de calotes em dívidas públicas.

Editoria de Arte



Demanda de mais de mil toneladas no 3º trimestre

No terceiro trimestre deste ano a demanda por ouro chegou a 1.054 toneladas, batendo um recorde de US$ 57,7 bilhões, segundo dados divulgados na semana passada pelo Conselho Mundial do Ouro (WGC, na sigla em inglês). Em quantidade, são 6% a mais do que no mesmo período do ano anterior.

Os próprios bancos centrais, que mantêm boa parte de suas reservas em ouro, dispararam como consumidores nesta nova corrida do século XXI. Prova disso é que os principais importadores do Brasil são Suíça e Reino Unido, interessados em compor as suas reservas.

Somente no terceiro trimestre deste ano, os bancos centrais compraram 148 toneladas de ouro. É o maior volume de que se tem notícia desde 1988 e, segundo o WGC, a tendência deve ser mantida ao longo de 2012.

As reservas internacionais brasileiras existem desde antes de o Banco Central se tornar a autoridade monetária do país, em 1964. Eram mantidas pelo Banco do Brasil. Com a lei 7.766 de 1989, o ouro passou a ser considerado ativo financeiro. Dos US$ 352,9 bilhões que o BC mantinha a título de reservas em outubro, US$ 1,8 bilhão correspondia a ouro, o dobro do nível de dezembro de 2008. ■

O ELDORADO DO SÉCULO XXI

• **20/11:** Nova corrida do ouro atrai para o Brasil investimentos de US$ 2,4 bilhões
• **21/11:** O Centro-Oeste é a nova fronteira do ouro
• **22/11:** A valorização do ouro no mercado

Bactérias comem ouro

Micro-organismos ajudam a tratar rejeitos

• BRASÍLIA. Duas pequenas bactérias mineradoras que comem ouro podem ajudar a indústria extrativa no Brasil a combater um dos maiores problemas do garimpo atualmente: os rejeitos. Resíduos de minério que sobram da extração se transformam em pilhas de metais pesados nas proximidades das minas que muitas empresas simplesmente não conseguem tratar. Mas o trabalho parece ser fácil para esses micro-organismos.

O Instituto de Química de Araraquara, da Universidade Estadual Paulista, é o primeiro do país a realizar comercialmente o chamado processo de biolixiviação com a ajuda das bactérias *acidithiobaciollus oxidans* e *acidithiobacillus ferroxidans*. Elas comem o minério e expelem o metal. O processo pode ser usado para ouro, níquel e cobre.

— É um projeto patenteado. A bactéria retira do minério os minerais que não podem ser dispostos na natureza — explica a professora Denise Bevilaqua, responsável pelas pesquisas.

Segundo a especialista, as empresas resistem a tratar os resíduos porque não existe regra mais dura que as obrigue. Ela destaca que o processo ajuda a limpar o ambiente e permite aos produtores um aproveitamento de quase 100% da extração do metal. Hoje, no caso do ouro, 7% do que é extraído não podem ser retirados dos minérios. *(Vivian Oswald)*